

Boletim

Nº 1.946 - Ano 42 - 27 de junho de 2016

O FUTURO em JOGO

Em edição temática, o BOLETIM repercute as incertezas geradas pela fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações e as ameaças que pairam sobre a saúde pública e as políticas de inclusão social no campo da educação.

Lucas Braga



PASSAPORTE para um mundo melhor

Em duas décadas, o Brasil saltou da 21ª posição para o 13º lugar no ranking mundial da produção científica. No período, a produção científica global cresceu 2,7 vezes, enquanto a brasileira subiu quase sete vezes mais, índice semelhante ao da Coreia do Sul e superior ao de países desenvolvidos, como Canadá, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Rússia.

Apenas esses dois indicadores – e muitos outros poderiam ser mencionados – são suficientes para justificar a existência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o principal responsável por essa mudança de patamar. Por isso, a fusão das atribuições da pasta com as das Comunicações em uma única estrutura ministerial preocupa muito a comunidade científica brasileira e vem estimulando mobilizações de diversas naturezas – desde a substituição de fotografias dos pesquisadores pela inscrição *Fica, MCTI*, em seus perfis na Plataforma Lattes e nas redes sociais, até a realização de atos públicos, como o que reuniu cerca de 300 pessoas no gramado da Reitoria da UFMG no início deste mês.

Esse é o contexto que orienta a produção desta edição temática do BOLETIM. Nas páginas seguintes, o leitor tem à disposição um panorama das implicações dessa decisão no sistema de ciência, tecnologia e inovação do país. Ouvimos pesquisadores, gestores e especialistas vinculados ou não à UFMG, e a conclusão é unânime: o país só tem a perder com essa nova configuração e com o corte de recursos que tende a se aprofundar em decorrência dela – redução que começou há dois anos depois de mais de uma década de aportes crescentes. Todo um esforço de décadas, que fez do Brasil um player mundial em áreas como biotecnologia, nanotecnologia e pesquisas ambientais, poderá ter sido em vão.

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é uma necessidade, e sua junção com a pasta das Comunicações representa “grave retrocesso”, como definiu o Conselho Universitário em nota divulgada à comunidade. Igualmente necessárias são as políticas de inclusão nas áreas de educação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, também ameaçados na atual conjuntura.

É impossível superar desigualdades históricas em um país injusto como o Brasil sem políticas de Estado desenvolvidas em longo prazo, e não se consegue levar adiante essas políticas sem mobilização e resistência às ameaças de retrocesso, atributos que nunca faltaram à UFMG. Ciência, tecnologia, inovação, saúde e educação representam o passaporte do país para o futuro.

Esta edição contou com o apoio da equipe da Rádio UFMG Educativa (104,5), responsável por várias entrevistas. As ilustrações são de autoria de Lucas Braga, Lucas Marques Ferreira e Lais Drummond. Os trabalhos dos dois últimos, que integram o Grupo de Pesquisa em Ilustração, da Escola de Belas-Artes, foram produzidos no âmbito da disciplina Desenho A, ministrada pela professora Conceição Bicalho.

Ministério NECESSÁRIO

Criada há 30 anos, pasta da Ciência, Tecnologia e Inovação foi decisiva para que o Brasil subisse no ranking mundial da produção científica

Ewerton Martins Ribeiro*

A principal responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é a política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação, cuja prática se dá por meio do planejamento, da coordenação, da supervisão e do controle das atividades da ciência e tecnologia realizadas no país. Além disso, o ministério é responsável por políticas nas áreas de desenvolvimento de informática e automação, de biossegurança, espacial e nuclear, além do controle da exportação de bens e serviços considerados sensíveis.

O órgão foi criado em 15 de março de 1985 como Ministério da Ciência e Tecnologia. Em 2011, o termo “Inovação” foi incorporado de forma a expressar que essa dimensão se tornava prioritária na estratégia de desenvolvimento da ciência e da tecnologia planejada para o país. A mudança de nomenclatura se deu na esteira da chamada Lei da Inovação (Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004), que estabeleceu medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país.

A existência de uma pasta exclusiva para as três áreas é entendida pela comunidade científica como estratégica para se alcançar objetivos de desenvolvimento econômico e social de longo prazo. Contudo, com o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República e o alçamento de Michel Temer à presidência interina da nação, uma das primeiras medidas propostas pelo governo foi a subtração do status de exclusividade do ministério, juntando as atribuições da pasta às do Ministério das Comunicações. Na visão de especialistas do setor, a medida põe em risco não apenas o alcance dos objetivos futuros, mas também as conquistas já obtidas.

Em meados de maio, 14 das mais importantes entidades do setor, entre elas a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), enviaram manifesto ao presidente interino Michel Temer, posicionando-se contra a fusão entre o MCTI e o Ministério das Comunicações (MC). O entendimento é de que a integridade do órgão é fundamental para que siga desempenhando seu papel no avanço da ciência e da tecnologia, visando ao protagonismo do Brasil no cenário científico global.

No manifesto, as entidades lembram que “se há duas décadas o Brasil ocupava a 21ª posição no [ranking mundial da produção científica](#), hoje já se encontra no 13º lugar”. O documento das entidades acrescenta que, nas últimas duas décadas, “a produção científica mundial cresceu 2,7 vezes”, enquanto a brasileira cresceu quase sete vezes, índice semelhante ao da Coreia do Sul e superior ao de países desenvolvidos, como Canadá, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Rússia.

Dados do portal SCImago Journal & Country Rank, que reúne indicadores científicos globais, confirmam: o Brasil ocupava em 1996 (início da série histórica) o 21º lugar no ranking mundial, com a produção de 8.784 papers. Na ocasião, já era o primeiro da América Latina, produzindo quase o dobro do segundo colocado, o México. Em 2015, o Brasil alcançou o 13º lugar no ranking mundial, com uma produção de 61.122 artigos. No âmbito latino-americano, passou a produzir quase três vezes mais que o segundo lugar. Canadá, Alemanha, Reino Unido, EUA e Rússia cresceram em média duas vezes no período.

Repercussão internacional

No dia 25 de maio, Lizzie Wade, correspondente para a América Latina da revista *Science*, publicou artigo em que denuncia a ameaça que paira sobre a ciência e o meio ambiente brasileiros no governo interino atual, após a fusão dos ministérios. “Essa é apenas uma de série de ações que têm deixado a comunidade científica preocupada, sem saber o que vai acontecer com a ciência e o meio ambiente”, diz o texto, que também alerta para mudanças na legislação brasileira para simplificar o licenciamento ambiental de grandes obras.

Wade aborda a preocupação dos cientistas com o orçamento da área. “Reverter a fusão pode não ser o bastante para proteger o financiamento das ciências. Mesmo antes do afastamento de Dilma Rousseff, a comunidade científica brasileira já lutava contra cortes severos. Em 2015, o governo cortou 25% no orçamento do MCTI e diminuiu o apoio às bolsas de pós-graduação”, diz o texto.

Investimento: ascensão e queda

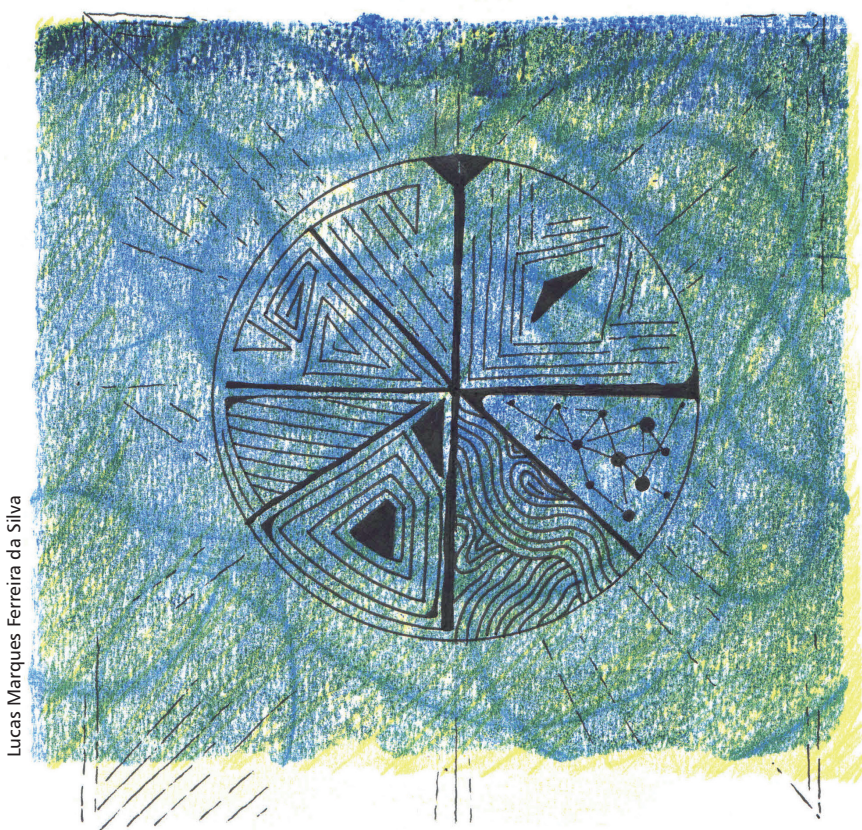
Segundo dados do MCTI, o dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) era, em 2000, de R\$ 15,8 bilhões. De lá para cá, o investimento aumentou gradativamente, de forma que, uma década depois, esse valor quadruplicou, alcançando a marca de R\$ 62,2 bilhões. Em 2013, o investimento chegou a R\$ 85,6 bilhões. O MCTI só forneceu para a reportagem os dados de dispêndio relativos ao período que vai até o ano de 2013.

Guardada certa variação, o percentual do PIB destinado ao setor também seguiu crescendo: saltou de 1,32%, em 2000, para 1,66%, em 2013. Contudo, a partir de 2014, sinalizando uma inflexão do movimento de valorização da pasta observada nos 13 anos anteriores, os recursos investidos na área passaram a sofrer cortes sucessivos. Em 2014, o orçamento do Ministério sofreu redução de R\$ 282 milhões. No ano seguinte, mais 11 milhões foram cortados, e, em 2016, conforme dados fornecidos pela própria pasta, seu orçamento global caiu de 10 bilhões para pouco mais de 7 bilhões (dado atualizado até 20/06/2016).

“O Brasil investe em média 1,6% do PIB anual em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Países industrializados ou em processo de industrialização investem mais de 2,5%”, compara o professor emérito Clélio Campolina, da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), reitor da UFMG na gestão 2010-2014 e ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) de março a dezembro de 2014.

Campolina vislumbra uma relação direta entre a manutenção dos investimentos na área e a inserção estratégica do país na economia internacional. “O mundo vive um ciclo que envolve a bioeconomia, as biotecnologias, as nanotecnologias, a questão ambiental. Essa é a onda da vez. Desenvolvemos pesquisas avançadas nessas áreas e temos todas as condições de aproveitar esse ciclo, dada nossa ampla biodiversidade e nossa base científica estruturada, entre outros aspectos. Com esses cortes, o Brasil corre o risco de perder oportunidades”, alerta.

*Colaboraram Hugo Rafael e Nathalia Costa



Lucas Marques Ferreira da Silva

Parques e INCTs em risco

A proposta de fusão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério das Comunicações – com a possível restrição orçamentária associada a essa decisão – ameaça também a manutenção das atividades dos parques tecnológicos do Brasil, entre eles o BH-Tec, criado pela UFMG em parceria com o Governo de Minas Gerais, a Prefeitura de Belo Horizonte, a Fiemg e o Sebrae-MG.

Presidente do BH-Tec e reitor da UFMG na gestão 2006-2010, Ronaldo Pena, explica que, na fase em que se encontram, muitos ambientes de inovação (parques e incubadoras) ainda dependem bastante de editais de apoio lançados por agências como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao MCTI, e as fundações estaduais de amparo à pesquisa. “O BH-Tec, por exemplo, ainda não tem musculatura suficiente para sobreviver apenas dos aluguéis das empresas que nele se encontram. É por isso que, de tempos em tempos, a Finep lança editais específicos para apoio aos parques. Isso não pode parar. Em uma condição de restrição orçamentária, o impacto no funcionamento dos parques é direto”, explica o professor.

Sem garantia

A UFMG teve, no mês de março, 16 propostas de financiamento para Institutos Nacionais de Tecnologia (INCTs) aprovadas na Chamada INCT – MCTI/CNPq/Capes/FAPs 16/2014. Porém, o recebimento dos recursos para instalação dos institutos ainda é incerto, assim como para manutenção daqueles que já estão em funcionamento. Os R\$ 641 milhões previstos para financiamento, por meio do CNPq, em 2016, ainda não estão garantidos pelo governo federal.

Coordenador do INCT em Nanobiofarmacêutica, o professor Robson Santos, do Departamento de Fisiologia e Biofísica do ICB, demonstra preocupação com a possibilidade de ficar sem recursos para manutenção do instituto, que funciona desde 2008 e produz modelos de animais para testes de medicamentos humanos, com 80 patentes já registradas.

“Estamos trabalhando com verbas residuais. Nosso nível de atividade está muito baixo. Se não houver a renovação [dos recursos], seremos obrigados a parar, o que considero um desastre do ponto de vista científico, pois leva-se anos para desenvolver *network* produtivo, trabalho que pode ser anulado pela falta de suporte continuado”, explica.

Matéria produzida pela TV UFMG sobre os INCTs coordenados pela Universidade pode ser assistida na página da emissora no Facebook.

Pela **DEMOCRACIA**

Movimento busca unir comunidade acadêmica na defesa de valores historicamente defendidos pela UFMG

Itamar Rigueira Jr.

A defesa da liberdade de reunião dos estudantes da Faculdade de Direito em eventos relacionados ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, há cerca de dois meses, e a solidariedade com a professora italiana Maria Rosaria Barbato, da mesma unidade, que teve seu direito a associação e manifestação política questionado pela Polícia Federal, estão entre as motivações para a criação do movimento UFMG pela Democracia.

Professores de várias unidades se organizaram em assembleias locais, e o movimento se consolidou em iniciativas como o encontro com o reitor Jaime Ramírez, ocorrido em maio, quando se estabeleceu um compromisso de defesa dos preceitos democráticos, reafirmando, assim, tradição histórica da UFMG. “A universidade pública brasileira está diante de um grande desafio. Precisamos nos posicionar veementemente em favor dos direitos democráticos e dos avanços alcançados nos últimos anos, como as políticas de inclusão e acesso ao ensino superior”, defendeu o reitor, na ocasião.

“Assim como o meio cultural, representantes da academia e da intelectualidade brasileira rejeitam a tentativa de impedimento da presidente que contraria fundamentos democráticos e é protagonizada por forças conservadoras”, afirma um dos integrantes do movimento UFMG pela Democracia, professor Juarez Guimarães, do Departamento de Ciência Política da Fafich.

O movimento aposta também numa programação de atividades que ajudem a levar à sociedade as ideias geradas na UFMG. Está sendo elaborado calendário de rodas de conversa em bares, cafés, parques e museus de Belo Horizonte. Os bate-papos, que deverão ser transmitidos pela Rádio Inconfidência, serão conduzidos por pares de professores de áreas diferentes e acompanhados de apresentações de arte e cultura.

Sensibilidade hegemônica

Juarez Guimarães está convicto de que a posição representada pelo movimento UFMG pela Democracia reflete a “sensibilidade hegemônica” da Universidade. Ele lembra que há apoio das principais entidades representativas – Sindifes, Apubh e DCE – e que entre os

membros do grupo há apoiadores das três chapas que concorreram na última consulta para escolha do Reitorado.

Integrante do Movimento UFMG pela Democracia, o estudante João Vítor Leite Rodrigues, da Face, considera cruciais as manifestações em defesa da democracia que têm ocorrido na Universidade. “É importante frisar que muitas delas são de caráter espontâneo e partem de grupos que não são tradicionalmente organizados”, destaca o estudante, membro da nova gestão do DCE-UFMG.

A professora Rosângela Carrusca Alvim, aposentada do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina, tem visão parecida: “Os estudantes estão resgatando sua história de luta, e as universidades se posicionando contra as ameaças aos direitos que o povo conquistou ao longo da história”. Para ela, que é diretora da Apubh, o movimento UFMG pela Democracia exerce papel decisivo nesse processo, pois “traz informação, propicia o debate e mostra a força de uma Universidade preocupada com o destino do país”.

Para a coordenadora geral do Sindifes, Cristina del Papa, educação e saúde costumam ser as áreas mais afetadas por cortes de recursos públicos em momentos de instabilidade. “Por isso, os movimentos sociais e sindicais devem se mobilizar para barrar os retrocessos já anunciados e outros que certamente virão”, afirma ela, lembrando que as restrições orçamentárias impostas, por exemplo, às universidades nos últimos dois anos alcançam serviços essenciais como o de vigilância. A coordenadora também manifesta preocupação com a PEC 241 – levada neste mês à apreciação da Câmara dos Deputados –, que limita os gastos públicos. “Na prática, isso significará a redução da presença do serviço público”, alerta.

Convicto de que o país vive processo de ruptura institucional, o professor Marcelo Cattoni, da Faculdade de Direito, afirma que o governo provisório propõe medidas, como a própria PEC 241, que suspendem princípios constitucionais. “Sob o argumento da emergência econômica, o risco é o de inviabilizar políticas sociais, como educação e saúde públicas e gratuitas”, alerta Cattoni. “A alegação é a de que esses gastos públicos comprometem a ‘economia’. Mas que ‘economia’? Ora, é dever constitucional do Estado atuar para reduzir as desigualdades sociais, econômicas e culturais”, completa.

“O papel da Universidade é observar os acontecimentos, denunciar e oferecer seus espaços para o debate sobre o futuro”, ressalta a professora da Faculdade de Educação Samira Zaidan. Segundo ela, não se trata de defender partidos ou uma concepção única de mundo. “O que nos unifica é liberdade de expressão, de manifestação”, afirma a professora, que considera importante manter a mobilização ao longo do segundo semestre.

Tradição democrática

A mobilização da UFMG em 2016 segue tradição que vem pelo menos dos anos 1960, quando estudantes e professores tiveram atuação intensa no combate à ditadura. “Mais tarde, nos anos 70, eles trabalharam pela rearticulação de centros de estudos e entidades estudantis e em lutas como a que resultou na anistia”, relembra o professor Juarez Guimarães, mencionando a criação do primeiro mestrado em Ciência Política, há 50 anos, como símbolo da formação de uma “inteligência democrática” na UFMG.

A Universidade tem contribuição marcante, também, no caminho da redemocratização, a começar pelos debates que pautaram a Constituição de 1988. “É difícil encontrar, na agenda democrática, movimentos em que a UFMG não tenha se engajado, incluindo aqueles em prol dos direitos de mulheres e negros e do desenvolvimento econômico e tecnológico do país”, reforça Guimarães.



Lucas Marques Ferreira da Silva

SOS para o SUS

Comunidade mostra preocupação com medidas como a proposta de emenda constitucional que quebra a vinculação de receitas para a saúde

Itamar Rigueira Jr.

A comunidade da UFMG não está mobilizada apenas em favor dos princípios democráticos e da valorização da educação e da tríade ciência-tecnologia-inovação. A estrutura de cuidados à saúde da população brasileira também é motivo de grande inquietação, que tem sido alimentada por iniciativas governamentais que poriam em risco a capacidade de manutenção de conquistas propiciadas pela Constituição de 1988, que tem o Sistema Único de Saúde (SUS) como um de seus principais símbolos.

Uma dessas iniciativas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que determina vinculação dos gastos do governo federal, durante os próximos 20 anos, ao orçamento do ano anterior, apenas corrigido pelo índice de inflação. De acordo com simulação feita por entidades do movimento em defesa da saúde, o setor teria contado com menos R\$ 314 bilhões de 2003 a 2015, se essa regra já estivesse em vigor. O estudo é citado pela professora Eli Iola Gurgel Andrade, da Faculdade de Medicina, integrante do grupo UFMG pela Democracia e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

“Desde o ano 2000, o orçamento da saúde é corrigido pela variação nominal do PIB, ou seja, acompanha a evolução da vida produtiva do país.

A proposta de emenda significa engessamento inédito de recursos”, afirma Iola Gurgel, que é economista e professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social.

Ela acrescenta que todos os governos, desde 1988, têm imposto alguma dificuldade na vinculação de receitas para o orçamento da seguridade social, garantida no Artigo 195 da Constituição Federal, o que gerou enorme prejuízo. “Mas ninguém havia tido a ousadia de quebrar o princípio constitucional que assegura a aplicação social de parte do que se arrecada com folha de salários, faturamento e lucro líquido das empresas.”

Do básico ao transplante

O Sistema Único de Saúde, ressalta a professora, é a única opção de atendimento para mais de 150 milhões de pessoas, e mesmo parte dos 50 milhões que contam com planos privados se beneficia da atenção básica, em postos próximos à residência, e de procedimentos de alta complexidade, como os transplantes e medicamentos de alto custo, sempre gratuitos.

“Ainda que com muitas limitações, temos um sistema nacional de atenção básica, que chega a áreas remotas, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. São mais de 30 mil equipes de saúde da família e 260 mil agentes comunitários, o que também torna o sistema de saúde muito relevante como gerador de empregos”, diz

Iola Gurgel. Ela acrescenta que essa estrutura foi construída “a duras penas” e que poderia ser mais qualificada se cada equipe pudesse se dedicar a no máximo duas mil pessoas (hoje são quase três vezes mais), o que possibilitaria conhecer melhor e em menos tempo as necessidades de saúde dos grupos populacionais.

A respeito do suposto gigantismo do SUS, Iola salienta que o porte do sistema está relacionado com o objetivo de “garantir o direito de todo cidadão à saúde”. E que os mais de 20 anos de subfinanciamento “foram enfrentados pelo SUS com muita dignidade”. Ela lembra que o Brasil gasta hoje 8,3% do PIB com saúde, sendo que a maior parte desse gasto (54%) se dá com a compra de serviços privados. E ressalta, a propósito, que é preciso considerar o alto índice de renúncia fiscal ligada à saúde. Estudo realizado pelo Ipea

dá conta de que o Estado gastou, em 2013, R\$ 25,3 bilhões em isenção de impostos para pessoas físicas e jurídicas que contratam planos privados, apoio a hospitais filantrópicos e subsídios para medicamentos.

“No Brasil, o sistema é um mix de público e privado extremamente favorável para a saúde como negócio. A maioria das empresas de planos de saúde cuida apenas da média complexidade, já que transplantes, quimioterapia e terapia renal, além dos remédios de

alto custo, ficam a cargo do governo”, diz Iola Gurgel.

Inovadora e ousada

Também dedicada a pesquisas sobre o Sistema Único de Saúde, a professora Alzira Jorge, da Faculdade de Medicina, destaca que a criação do SUS “foi consequência do maior movimento de inclusão social na História

do Brasil” e que hoje atende a todos os brasileiros em várias situações e políticas. Ela considera que se avançou muito em quase 30 anos, mas, em razão mesmo da proposta ousada do sistema, ainda há muito a ser feito.

“Para isso, é necessário ampliar os investimentos e serviços, e não há como aceitar qualquer proposta de redução do tamanho do sistema público”, defende Alzira. “Ainda estamos longe de parâmetros de cobertura similares aos de sistemas universais europeus que nos inspiraram. Mais acesso ao SUS é um dos desafios cruciais para reduzir a desigualdade social e regional no Brasil.”

Iola Gurgel vislumbra, nas recentes movimentações de Executivo e Legislativo, incluindo apologia aos planos privados, sério risco à qualidade e ao caráter universal do SUS. “Se o sistema público deve atender somente aos destituídos, podemos presumir que vai perder em qualidade e amplitude de cobertura. Devemos perseguir, por exemplo, o modelo do Reino Unido, o primeiro sistema público universal criado após a Segunda Guerra Mundial, que atende a pobres e ricos com alta efetividade e a um custo suportável”, afirma ela.

ARRANJO que não interessa à sociedade

Gestores e pesquisadores brasileiros analisam as implicações da fusão das áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação com a de Comunicações

Hugo Rafael

Nas últimas semanas, cientistas e pesquisadores brasileiros, de todas as regiões do país, têm-se mobilizado em defesa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). O objetivo dessa movimentação que envolve as instituições universitárias e de pesquisa brasileiras é reverter a fusão da pasta ao Ministério das Comunicações (MC). A medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União, no dia 12 de maio. Desde então, entidades e nomes ligados à ciência, à tecnologia e à inovação no país se manifestam contra a decisão.

“A fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o Ministério das Comunicações é um arranjo que não interessa à sociedade”, afirma o reitor Jaime Ramírez. “Perdemos uma estrutura exclusiva para pensar, de forma autônoma, a política de ciência, tecnologia e inovação do país, o que será sentido em longo prazo. É um passo atrás muito grave”, define.

Para o reitor, o motivo alegado para a fusão – a economia de recursos – não se justifica. “Ciência, Tecnologia e Inovação formam um ministério com objetivos muito distintos do das Comunicações, inclusive do ponto de vista financeiro e da estruturação de suas carreiras. Essa medida pode implicar redução de recursos financeiros e fazer que uma pasta se transforme em apêndice da outra. Nesse caso, o Ministério das Comunicações tem um orçamento muito maior; ao se fundir com uma pasta menor, há o receio de que essa estrutura mais reduzida [o MCTI] se perca e não receba os recursos exclusivamente destinados ao ministério anterior”

Essas incertezas estimularam o surgimento de movimento nacional e autônomo, que envolve institutos de pesquisa e universidades. “Outras instituições de caráter acadêmico e científico, como a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, já se posicionaram contrariamente à fusão. Aqui na UFMG, o Conselho Universitário também se manifestou pela manutenção do MCTI”, informa o reitor. Em nota à comunidade acadêmica, divulgada no dia 6 de junho, a instância máxima de deliberação da UFMG qualificou a fusão de “grave retrocesso”.

Território da resistência

A vice-reitora Sandra Goulart Almeida defende que a Universidade se posicione a favor de avanços conquistados nos últimos anos. “Historicamente, a universidade brasileira, em particular a UFMG, sempre foi o território da resistência e, graças a essa capacidade, contribuiu para a construção da nossa democracia, que ainda é muito jovem. E mais uma vez a UFMG se vê diante do desafio de resistir a decisões que podem resultar em retrocessos. É nosso dever apoiar decididamente esse movimento que reivindica a volta do MCTI e a preservação das conquistas em áreas como educação, saúde e cultura.”

Entre os críticos à junção dos ministérios, está o professor Clélio Campolina Diniz, titular da pasta em 2014. Reitor da UFMG até março daquele ano, Campolina considera a decisão do atual governo um



Lucas Braga

equivocado, dada a diferença de propósito existente entre os dois ministérios.

“O Ministério das Comunicações é responsável por promover, regular e gerir todo o sistema de comunicações brasileiro, que é bastante extenso. Por outro lado, o MCTI é uma pasta central para o suporte à pesquisa e ao desenvolvimento de inovação no país. Por isso mesmo, precisa trabalhar de forma articulada com o Ministério da Educação (MEC), ao qual estão vinculadas as instituições básicas que desenvolvem pesquisas, como as universidades brasileiras”, explica.

Campolina também rebate a ideia de que a fusão de ministérios possa reduzir custos. Para ele, a decisão demonstra desconhecimento e despreparo. “A junção é um tremendo equivoco, uma tentativa do atual governo de reduzir custos, porém ineficaz. O MCTI tem mais de 32 órgãos vinculados, cujo funcionamento não será alterado. São esses órgãos que pesam no orçamento do ministério”, explica.

O presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), Ronaldo Tadêu Pena, também tem ressalvas à fusão. Reitor da UFMG na gestão que antecedeu a de Campolina, no período 2006-2010, ele acredita que as fusões propostas pelo governo interino atendam a “um objetivo puramente de marketing”. Assim como o ex-ministro, o presidente do BH-Tec não enxerga qualquer economia para o orçamento da União, além de entender que a medida é prejudicial ao desenvolvimento econômico do país. “Reduzir o déficit do governo promovendo cortes em áreas de apoio à ciência, tecnologia e inovação é dar um tiro no pé, pois não há desenvolvimento econômico sustentável se não for baseado em inovação tecnológica”, defende.

Ronaldo Pena também acredita que a decisão é tecnicamente errada. “Unir todo um universo de cessão, gestão e fiscalização das comunicações a um ministério que se preocupa essencialmente com o futuro da nação é problema e não solução. É tentar misturar água com óleo”, comenta.

A pró-reitora de Pesquisa da UFMG, Adelina Martha dos Reis, lembra que um ministério que se dedica exclusivamente à ciência, tecnologia e inovação fortaleceu a pesquisa brasileira nas últimas duas décadas. “Especialmente nos últimos 15 anos, houve grande

incremento em aspectos como número de publicações, de patentes, de doutores formados e também incentivo à interação das universidades com empresas”, observa.

Outros modelos de gestão

Apesar das diferenças de atribuições, que justificam, no entender da maioria da comunidade científica brasileira, a separação das duas pastas, há pontos de convergência entre os braços de CT&I e de Comunicações. É o que diz o ex-secretário de Políticas de Informática do então Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI), professor Virgílio Almeida, do Departamento de Ciência da Computação (DCC). Ele menciona as ações conjuntas na área de desenvolvimento de satélites, o próprio setor de inovação tecnológica, que tem as comunicações entre suas principais demandantes, e a internet, ainda que com perspectivas diferentes. “O MCTI sempre teve a visão de inovação, de avanço tecnológico e da própria pesquisa na área de redes de computadores. O MCTI sempre encarou a internet como um serviço de valor adicionado, enquanto o foco do MC era a infraestrutura de comunicação”, distingue.

Feita a ressalva, Almeida afirma que as diferenças são muitas. “Toda a parte regulatória de telecomunicações, operadoras e radiodifusão é uma ação típica e exclusiva do antigo Ministério das Comunicações, como também todos os programas de pesquisa científica e os institutos de pesquisa são ações típicas e em parte exclusivas do MCTI. Não sei como está sendo estruturado o processo, mas esses pontos teriam de ser tratados adequadamente na nova estrutura”, defende.

De acordo com Virgílio Almeida, existem múltiplas maneiras de organizar a gestão das áreas de ciência e tecnologia. “Os

Estados Unidos têm a Office of Science and Technology Policy, órgão ligado diretamente à Casa Branca e que define a visão estratégica para ciência e tecnologia no país onde a ciência é mais avançada. A Coreia do Sul, país de grandes avanços econômicos e tecnológicos, mantém o Ministry of Science, ICT and Future Planning (Ministério da Ciência, TIC e Planejamento Futuro). A China, outra potência tecnológica e científica, por sua vez, tem um poderoso ministério de ciência e tecnologia e outro destinado à indústria e à tecnologia da informação (The Ministry of Industry and Information Technology)”, compara.

Esses exemplos, segundo Almeida, explicitam que, a despeito das diferenças de modelos de gestão, todos garantem recursos e estabilidade para os orçamentos de ciência e tecnologia. “No Brasil, além do movimento pela recriação do MCTI, é importante também discutirmos a estrutura geral da política de ciência e tecnologia, compatibilizando ações, iniciativas e recursos espalhados em vários ministérios, como Saúde, Agricultura, Minas e Energia”, defende.

O professor Sérgio Machado Rezende, da Universidade Federal de Pernambuco, ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) de 2005 a 2010, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, espera que o atual governo mostre que valoriza a ciência recriando o MCTI e aumentando os recursos destinados à área, “insignificantes em comparação com nossa enorme dívida pública e muito importantes para o futuro e o desenvolvimento do país”.

Apesar desse desejo, o ex-ministro acredita que haverá uma retração nos recursos. “Os recursos já diminuíram bastante nos últimos anos. Infelizmente, após o governo do presidente Lula, tem havido redução gradual dos orçamentos do MCTI. Essa fusão com outro ministério não contribui para reverter esse quadro”, critica.

Decidir-se como nação

No dia 11 de maio, véspera da publicação da fusão do MCTI e do MC no Diário Oficial da União, 14 entidades vinculadas à pesquisa no Brasil encaminharam manifesto conjunto ao então vice-presidente Michel Temer contra a junção das duas pastas. Entre vários pontos, o documento, assinado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), afirma que a fusão “é uma medida artificial que prejudicaria o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País”.

O presidente da ABC, Luiz Davidovich, defende que a fusão representa rebaixamento do MCTI. Segundo o professor da UFRJ, a decisão denota desconhecimento do governo em relação à área de ciência, tecnologia e inovação. “Nossa preocupação é com o futuro dessa área no Brasil, [...] muito prejudicada nos últimos dois anos com cortes severos”, destaca Davidovich.

“Quando se reduz o número de bolsas, são os jovens os maiores prejudicados. Eles são os cientistas de amanhã, os pesquisadores que vão combater as epidemias emergentes, que vão desenvolver novas técnicas para aumentar a produtividade da agricultura, que vão inovar na tecnologia, de modo a agregar valor aos produtos brasileiros, aos produtos nacionais. Corremos o risco de perder jovens brilhantes para outros países dada a escassez de recursos na área de ciência, tecnologia e inovação no Brasil”, explica.

O presidente da ABC defende que o governo deve priorizar a recuperação do sistema de ciência e tecnologia no Brasil. Segundo ele, há uma ideia equivocada de que em épocas de crise é preciso cortar tudo. “Não é isso que muitos outros países estão fazendo. Países como China, Estados Unidos, Coreia do Sul e Israel aumentaram, em épocas de crise, os investimentos em

ciência e tecnologia, porque sabem que essa é a maneira inteligente de evitar que se tornem extremamente dependentes do panorama internacional”, destaca.

Segundo a presidente da SBPC, Helena Nader, a entidade também enxerga com preocupação a fusão entre os ministérios. “Um ministério que deveria ter mais força política agora vai dividir sua força com outra entidade. É preocupante, porque Ciência, Tecnologia e Inovação é um ministério que perpassa todas as áreas do conhecimento, não só a comunicação. Ao fundir o ministério com outra área, corre-se o risco de um entendimento errôneo de sua função”, comenta Nader. Para ela, enquanto ciência, tecnologia e inovação forem vistas como despesa, o país não avançará. “O Brasil precisa se decidir como nação, se quer se manter como importador de tecnologia para o resto da vida”, defende.

Inclusão **AMEAÇADA**

Especialistas avaliam que políticas educativas de caráter social devem sofrer retrocessos no governo provisório

Matheus Espíndola

A exoneração de 31 assessores do Ministério da Educação – 23 deles ligados à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) –, publicada no Diário Oficial da União no início deste mês, acendeu o alerta quanto à consolidação do [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#) e às perspectivas de políticas educacionais com viés social. É o que afirmam professores e especialistas do segmento à reportagem da Rádio UFMG Educativa.

O professor Rodrigo Ednílson de Jesus, da Faculdade de Educação, que recentemente ocupou o cargo de coordenador geral de Educação para as Relações Étnico-raciais, da Secadi, avalia que, além do apagamento das pautas de políticas de diversidade, as medidas do governo de Michel Temer no campo da educação geram outro receio. “É possível que os funcionários exonerados sejam substituídos por outros que tenham concepções antagônicas à garantia de direitos. A política de educação pode ser apagada ou modificada, tornando-se muito mais conservadora do que progressista”, observa ele, que atualmente é coordenador de Ações Afirmativas da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Prae),

Para o cientista político Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, as exonerações em massa estão alinhadas com a estratégia do governo federal de esvaziar as secretarias cuja natureza se choca com os interesses do governo provisório. “Ele não considera a Secadi estratégica ou necessária. Por isso, o presidente retirou as pessoas que operacionalizavam o trabalho”, observou.

Ao longo dos últimos anos, a Secadi ajudou a conferir visibilidade a algumas questões até então marginalizadas no campo da educação, como o preconceito racial, o *bullying* relacionado à homossexualidade e a desvantagem dos negros em relação ao acesso à educação. “Antes da Secretaria, a sociedade não debatia, por exemplo, os problemas relacionados à educação inclusiva. O desmonte gera o risco de que tais questões voltem à invisibilidade. Teremos muito trabalho para garantir que a Secadi possa desempenhar suas funções”, analisa Daniel Cara.

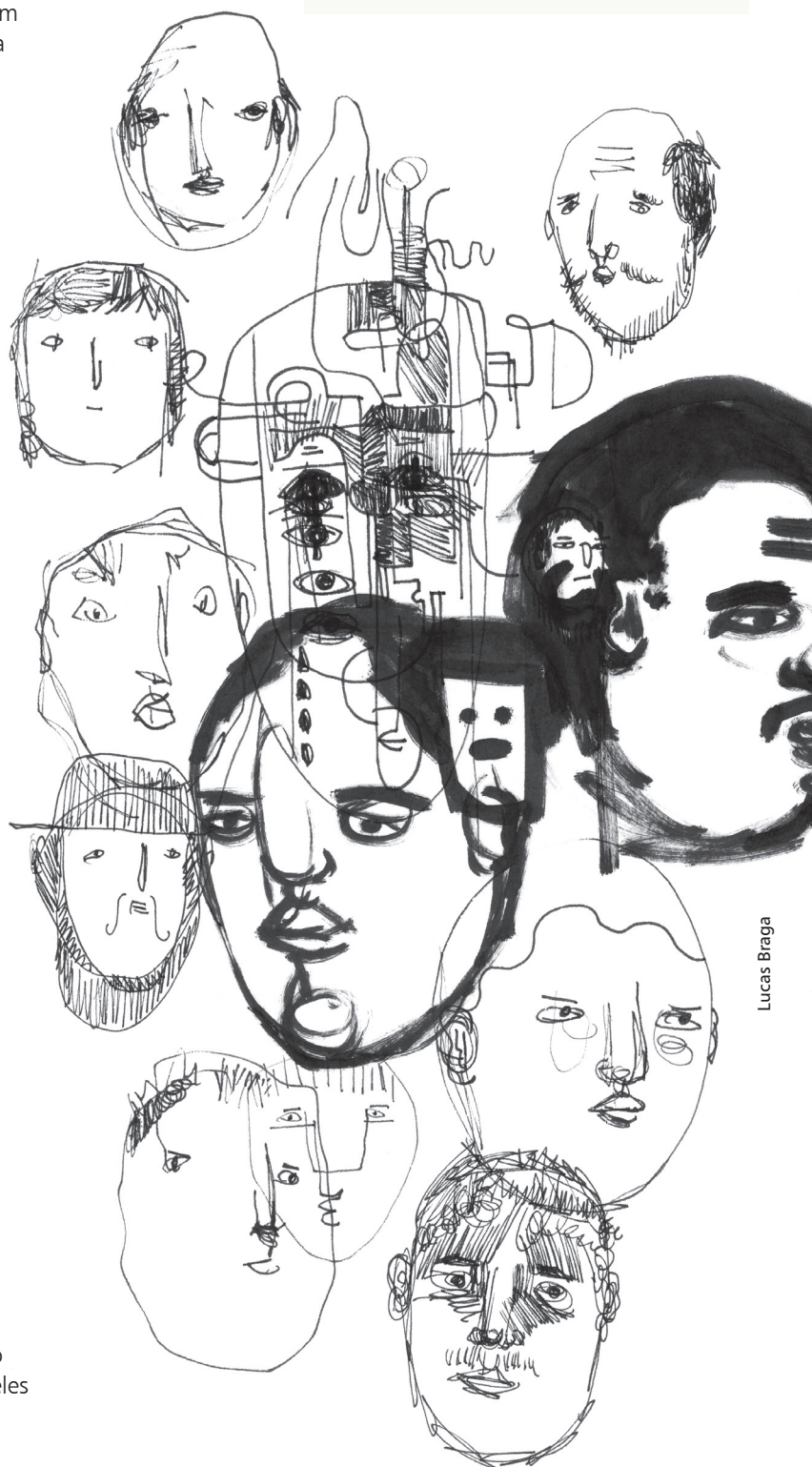
Nesse sentido, Rodrigo Ednílson ressalta que o partido político ao qual o atual titular da pasta do MEC é filiado [*Mendonça Filho, do DEM*] também já se posicionou contrariamente às políticas da Secadi. “A ruptura brusca com o trabalho que vem sendo desenvolvido tem, certamente, um potencial de impacto na continuidade das políticas de reconhecimento da diversidade, na efetivação do PNE, na continuidade do FNE e na interlocução do MEC e a sociedade civil. É uma grande ameaça às políticas que escolhemos nas urnas”, enfatizou.

O professor acrescenta que está em jogo a concepção de educação para o Brasil. “Não à toa, a maior parte das exonerações se deram justamente na Secadi, que representa a política de reconhecimento da diversidade. Isso é muito sério porque apostávamos na continuidade e no aprofundamento do projeto de nação mais progressista, inclusivo e democrático”, afirma Ednílson.

Esvaziamento

Manobra semelhante, segundo Daniel Cara, ocorreu no âmbito do Fórum Nacional de Educação (FNE). “O ministro da Educação manteve o desenho institucional do Fórum e da Sase [Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino], mas esvaziou sua estrutura. Isso tem sido feito em diversas áreas, com o trabalho operacional daqueles de quem o presidente discorda”, completa.

Depois de três anos e meio de discussões, a lei do Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionada em julho de 2014, sem vetos, e definiu metas a serem cumpridas ao longo da década – da educação básica ao ensino superior. Um dos pontos cruciais é a definição do percentual de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para investimentos em educação ao final dos dez anos de vigência. As metas do PNE tratam também da ampliação de matrículas, da inclusão de pessoas com deficiência, das melhorias na infraestrutura e da valorização dos professores e trabalhadores em educação.



Lucas Braga

Tempos sombrios

“O governo provisório de Michel Temer tem pressa, muita pressa, em dismantelar as políticas de Estado garantidoras de direitos”, afirma o professor Luciano Mendes de Faria Filho, da Faculdade de Educação (FaE) da UFMG, no texto *A educação em tempos sombrios: perspectivas para a educação no governo provisório de Temer*, publicado no blog *Pensar a Educação*. Segundo ele, existe a expectativa, nos meios acadêmicos e movimentos sociais, de que ocorra “um ataque frontal às políticas educacionais postas em ação nos últimos 13 anos”, comprometendo, inclusive, a garantia do piso nacional para os professores.

Com base em posicionamentos anteriores do grupo que ascendeu ao poder, Luciano Mendes, coordenador do projeto *Pensar a Educação, Pensar o Brasil (1822-2022)*, projeta as mudanças que podem se estender a todos os níveis do ensino. No campo da educação básica, o professor acredita que haverá maior vinculação da educação infantil à escola fundamental, prejudicando, assim, aspectos específicos da educação para as crianças pequenas. O professor também prevê maior vinculação do ensino médio ao mercado de trabalho, dismantelando o que o novo governo considera “um excessivo viés acadêmico desse nível de ensino”.

Quanto à operacionalização das políticas e ações propostas para a educação básica, Luciano Mendes assinala que deverá haver uma mudança dos parceiros do MEC. “Na ausência de uma burocracia especializada no Ministério, ele depende fortemente do concurso de outras agências para fazer suas propostas saírem do papel. Nos últimos anos, esses parceiros foram as universidades públicas. Mas é pouco provável que essa parceria continue, ou porque ela não serve aos novos propósitos do governo, ou por falta de engajamento da mão de obra (professores e alunos de pós-graduação)”, considera.

Na pesquisa e na pós-graduação, a perspectiva é de que as mudanças mais imediatas se deem nas modalidades de financiamento. “É previsível a diminuição do financiamento nas áreas de humanas e sociais e um aumento nos cursos mais próximos das ‘necessidades’ do mercado, notadamente os mestrados profissionais”, prevê.

O artigo *A educação em tempos sombrios: perspectivas para a educação no governo Provisório de Temer*, publicado em 26 de maio, pode ser lido, na íntegra, no blogdopensar.wordpress.com.

Daniel Cara se disse preocupado com o iminente recuo em relação às conquistas que a educação no Brasil alcançou ao longo dos últimos 12 anos. Em sua visão, o mérito é da sociedade civil, cujas demandas orientaram a criação das políticas educacionais das duas últimas gestões. Segundo Daniel Cara, esse movimento deixa evidente a intenção de retomar o posicionamento adotado pelo Ministério da Educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que priorizou a criação de “ilhas de excelência”, em detrimento da “universalização da educação”. “Acredito que se o impeachment da presidente se confirmar, essa lógica vai prevalecer. Também deve perder força a concepção de educação sistêmica (*ensino público da creche à pós-graduação*)”, argumentou.

O coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), professor Heleno Araújo, explicou que as exonerações dos servidores que atuavam na Sase inviabilizam todos os encaminhamentos das decisões do FNE, entre as quais “as emissões de passagens e concessões de diárias, além da coordenação das conferências de educação”.

A falta de pessoal, segundo Heleno Araújo, pode prejudicar a realização da próxima Conferência Nacional da Educação (Conae), em 2018. “Temos que incluir no orçamento da União as etapas municipais e estaduais da Conae. Se não houver um grupo trabalhando internamente no MEC para garantir isso, corremos o risco de não realizar o evento, que ocorre a cada quatro anos e é uma exigência da lei que instituiu o PNE”, reforçou.

Vinculações

A rediscussão, pelo presidente interino e pelo ministro da Fazenda, Henrique Meireles, das vinculações institucionais do orçamento da União para áreas sociais é outro aspecto “gravíssimo”, no entendimento de Daniel Cara. Segundo o coordenador da Campanha Nacional, flexibilizar as vinculações, que hoje financiam a educação, a saúde e a assistência social, pode representar o aniquilamento do PNE. “Não dá para impor um teto à necessidade de expansão de creches, escolas, universidades públicas e de qualificação das matrículas atuais. Isso porque a qualidade da educação, no Brasil, está muito distante de ser minimamente razoável. É inaceitável que várias etapas da educação básica não tenham matrícula e vagas para crianças, adolescentes, jovens e adultos. O cenário é muito preocupante, e a política educacional no país vivencia um momento crítico”, argumenta.

Na visão de Daniel Cara, a questão financeira, no entanto, extrapola as primeiras decisões do governo interino. “O Plano já não vinha sendo cumprido integralmente, por conta do ajuste fiscal proposto durante a gestão de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda. O ponto central é essencialmente a falta de recursos para a área, que limita as possibilidades de desenvolvimento de políticas sociais”, disse.

ALERTA ligado

Ameaças ao processo de criação da Base Nacional Curricular e risco de suspensão dos programas de distribuição de materiais didáticos e livros do MEC mobilizam educadores

Vicente Cardoso Júnior*

A preocupação com o futuro de políticas nacionais da educação básica, de importância reconhecida por educadores, gestores e pesquisadores de todo o país, cresceu nos últimos meses em virtude da crise institucional e política vivida pelo país. Uma delas é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ameaçada por projeto de lei em tramitação na Câmara dos Deputados que visa submetê-la à aprovação do Congresso Nacional, o que fere o andamento preconizado pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

“O fórum legítimo é aquele formado por estudantes, professores, pais, comunidade escolar, estados, municípios, MEC e Conselho Nacional de Educação”, afirma a professora Isabel Frade, diretora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), órgão da Faculdade de Educação responsável pela coordenação institucional do processo de elaboração da Base.

Isabel Frade enfatiza que a BNCC – prevista na Constituição de 1988 e no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 – deve ser tratada como uma política de Estado, não de governo. “Quando estiver concluída, será um documento de referência para que as escolas de todo o país possam elaborar seus currículos. É, portanto, algo que está sendo feito para o futuro e que vai muito além desse momento de crise institucional”, afirma Isabel Frade, que atuou como assessora na área de Linguagens da BNCC, nas duas primeiras versões.

A Base começou a ser elaborada em 2015 por comissão de 15 assessores e mais de 100 especialistas indicados pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). A primeira versão foi publicada em setembro do ano passado e passou por consulta pública durante quatro meses. No início de maio, saiu a segunda versão, que levou em conta a sistematização das 12 milhões de contribuições recebidas no Portal da Base e os pareceres de leitores críticos externos à comissão.

Nos dias 20 e 21 de junho, o Consed e a Undime, que agora compõem o comitê gestor da BNCC, organizaram evento de formação em Brasília para que equipes estaduais compreendessem como o processo se deu até o momento e possam dar continuidade a ele nos seminários estaduais, que serão realizados até agosto e que indicarão melhorias para a terceira versão. Em meio às discussões recentes sobre a Base, as duas entidades se posicionaram contra a proposta de que o documento da BNCC passe pelo Congresso Nacional.

Paralisia

Em 2016, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – que distribui livros didáticos para as escolas públicas de educação básica – completa 30 anos. Nesse período, as obras passaram a contar com avaliação pedagógica de universidades, incluindo a UFMG, com a finalidade de garantir que os livros utilizados nas salas de aula não contenham problemas conceituais ou técnicos que comprometam a qualidade da educação. O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, é a principal ação para que escolas públicas construam e enriqueçam seus acervos de literatura. Esses programas – que já fizeram do MEC recordista mundial de aquisição de livros – estão paralisados, situação que levou professores e pesquisadores a criar o movimento *S.O.S. PNLD e PNBE*.

O risco mais imediato diz respeito à chegada dos livros didáticos às escolas públicas no ano letivo de 2017. “O PNLD envolve processos técnico e pedagógico rigorosos. As universidades se empenham ao máximo para entregar o resultado da avaliação pedagógica, e não houve por parte do MEC o cumprimento da divulgação das obras. Diante disso, as escolas não podem escolher os livros que querem receber, o que compromete a compra e a distribuição pelo FNDE para o ano que vem”, explica a professora da FaE Francisca Maciel, coordenadora institucional do projeto Gestão das Comissões Técnicas do PNLD e do PNBE. A pesquisadora destaca que, em longo prazo, a situação tende a piorar. “A desconstrução do PNLD, como processo regular de avaliação e compra de obras escolhidas pelo professor, pode levar o país à mesma condição de décadas atrás, época em que professores ficavam muito vulneráveis às estratégias de ‘sedução’ das editoras”, alerta Francisca Maciel.

No que se refere ao PNBE, a preocupação se dá em virtude da não divulgação do resultado da última avaliação, o que sinaliza, para Francisca, que não há comprometimento do governo federal em adquirir e distribuir as obras de literatura nas escolas. Ela também manifesta preocupação com a ausência de editais de responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), como o PNLD do Campo, o PNLD-EJA e o PNBE Temático.

*Jornalista do Ceale/FaE

‘Não existe **BECO** para os que estão no **PODER**’

Flávio de Almeida

Aos 80 anos, o pesquisador sênior Wanderley Guilherme dos Santos [foto], do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, rendeu-se à internet. Uma das principais referências da ciência política brasileira, ele criou há poucos meses o blog Segunda Opinião, no qual escreve regularmente sobre a complexa conjuntura política. “É gostoso, mas também bate certa ansiedade. As coisas vão acontecendo, você escreve um artigo e, no dia seguinte, já acha que está obsoleto”, comenta ele, que fará conferência na UFMG, no início do próximo semestre, sobre a democracia no Brasil contemporâneo.

Um de seus últimos posts serviu de mote para esta entrevista ao BOLETIM, na qual o cientista político fala sobre o “beco” em que teria se metido a política nacional com o afastamento da presidente Dilma Rousseff e a ascensão de um governo provisório. “Essa perspectiva de buscar uma saída é de apenas uma parte da população, do eleitorado e dos políticos brasileiros. Não existe beco para o grupo que está no poder, para a maioria no Congresso, para a maior parte dos órgãos de imprensa e para as associações empresariais. Esses segmentos consideram que o Brasil está instalado em uma normalidade constitucional”, analisa o professor. Confira trechos da entrevista.

A respeito da atual crise político-institucional e dos seus desdobramentos até o momento, o senhor afirma, no texto *Saída ou beco constitucional*, publicado em seu blog, que está seguro “de que não há solução constitucionalmente imaculada para tamanho desarranjo político” e que a “crise de usurpação só terá fim quando inventarem uma interpretação jeitosa que, embora nua, cubra a ilegalidade do acordo”. Poderia aprofundar essa reflexão?

Quando escrevi esse texto, tinha em mente as propostas surgidas na blogosfera, como o plebiscito e novas eleições. O problema é que elas não cabem na Constituição. A adoção de qualquer uma exigiria a interpretação elástica de algum parágrafo constitucional. Só há três saídas para o desenlace da atual situação: 1) a renúncia do governo interino antes que o mandato complete dois anos (nesse caso, o Supremo Tribunal Federal convocaria novas eleições); 2) o governo renunciaria depois de dois anos, e o legislativo indicaria um presidente-tampão para completar o mandato; 3) a situação caminharia com os conflitos abertos, com maior ou menor intensidade. Iria aos trancos e barrancos até as próximas eleições.

Qualquer coisa fora disso, tem que se recorrer a alguma forma de “jeitinho”. O que ocorre é que as pessoas, ainda que bem intencionadas e apaixonadas, têm discutido esse tema [a saída da crise político-institucional] como se fosse uma coisa simples. Primeiro, como se fosse competência da presidente afastada convocar novas eleições. E não é. Nem dela nem de ninguém. A não ser nas condições especiais mencionadas. O que ela pode é propor uma emenda. Como

apresentar isso a um Congresso que está prestes a impedi-la?

Em 1962, o senhor escreveu o artigo *Quem vai dar o golpe no Brasil*, um prenúncio do golpe civil-militar que ocorreria dois anos depois. Que semelhanças o senhor vê entre a conjuntura que culminou no movimento militar e a que vivemos hoje, na qual uma presidente da República eleita pelo voto popular está sendo impedida por um dispositivo constitucional?

Se me permite esclarecer, *Quem vai dar o golpe no Brasil* não é artigo. Já ouvi essa referência algumas vezes. É um panfleto publicado na coleção *Cadernos do povo brasileiro*, editada pela Civilização Brasileira. Voltando à sua pergunta, acho que não existe semelhança. O que há são duas dessemelhanças principais. A primeira é que em 1964 os militares estavam profundamente envolvidos na política partidária. Havia clivagens nas forças armadas – em especial no Exército – entre nacionalistas, pessedistas, udenistas e petebistas. Isso viabilizou a intervenção porque representou uma projeção para a política civil – e também como repercussão da própria política civil – de conflitos que estavam se passando nas forças armadas. Felizmente, isso não existe hoje. Não há envolvimento das forças armadas na política partidária.

E a outra diferença?

Em 1964, não se via, de fato, uma sociedade mobilizada. Havia um sem-número de siglas que aparentemente correspondiam a grupos sociais organizados. Mas não eram. Eram siglas de fantasia. Havia uma movimentação limitada a alguns sindicatos que representavam seus trabalhadores. Hoje é muito diferente. Já há algum tempo que a

sociedade brasileira é extremamente mobilizada em associações voluntárias, grupos de interesse, associações desportivas, de pais e mães de estudantes, de pessoas com deficiência, de defesa ambiental, enfim de todo tipo que se possa imaginar.

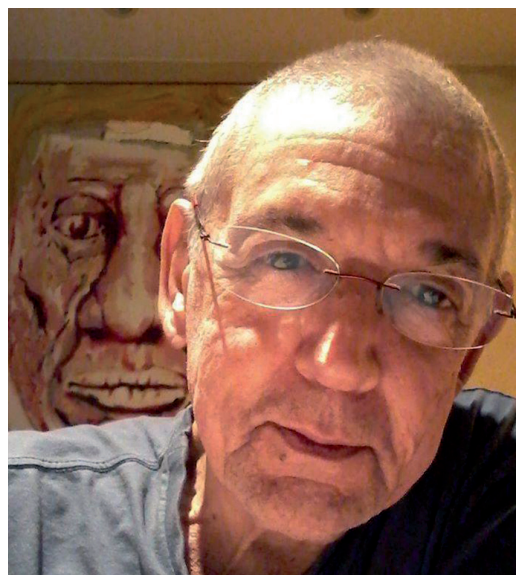
Mas diante de certa percepção de que a classe política e as próprias instituições são incapazes de encontrar uma saída para a crise, não haveria o risco de que, em algum momento, os militares sejam instados a entrar no jogo político?

Eu não sou capaz de antecipar o que poderia acontecer na disposição de uma coletividade. Não há como, neste momento, imaginar as condições que poderiam ser postas para que o Exército, como instituição, interfira no processo civil.

Recorrendo a uma imagem que o senhor emprega no artigo do blog, há saída nesse beco?

Essa perspectiva de buscar uma saída é de apenas uma parte da população, do eleitorado e dos políticos brasileiros. Não existe beco para o grupo que está no poder, para a maioria no Congresso, para a maior parte dos órgãos de imprensa e para as associações empresariais. Esses segmentos consideram que o Brasil está instalado em uma normalidade constitucional. Para os grupos que discordam desse processo é que se impõe o problema de como superar essa situação em um contexto de legalidade. A saída deve apontar para algo que venha a ser aceito pela maioria dos atores políticos relevantes.

[Versão ampliada da entrevista pode ser lida no Portal UFMG, seção Pesquisa e Inovação]



Arquivo pessoal

De **IMPASSES** e **OPORTUNIDADES**

Em livro, Leonardo Avritzer discorre sobre os entraves ao aperfeiçoamento da democracia brasileira

Ewerton Martins Ribeiro

O regime democrático encerra um curioso paradoxo: para se legitimar como tal, precisa oferecer liberdade também àqueles que nele atuam colaborando para fazer o próprio regime ruir. Não por outro motivo, a busca da democracia por alcançar a sua plenitude nunca se completa: como no paradoxo de Zenão, dá-se a cada dia um novo passo à frente, mas sabendo-se de antemão que nunca será possível alcançar o destino almejado – a plena democracia.

Ainda assim, “o Brasil encontra-se no rol das nações com democracias fortes e consolidadas”. É o que afirma o professor Leonardo Avritzer, do Departamento de Ciência Política da Fafich, no livro *Impasses da democracia no Brasil*, recém-lançado pela Civilização Brasileira. No *instant book*, o cientista político mapeia justamente aquilo que, na especificidade brasileira, insiste em agir na contramão dessa consolidação, obstando nossa caminhada rumo a uma democracia mais sofisticada.

Para Avritzer, os impasses vividos pela democracia brasileira se relacionam a cinco elementos principais: aos custos que resultaram no esgotamento do presidencialismo de coalização; à dificuldade de se estabelecer meios mais efetivos para a participação popular na política; às dificuldades inerentes ao combate à corrupção, uma vez que os corruptos notórios são os que detêm o poder de inviabilizar esse combate; à perda de status dos estratos médios, que ficaram mais próximos das camadas populares depois do reordenamento social provocado pela queda da desigualdade e à politização do Judiciário.

Com base em dados relacionados a esses impasses, o cientista político da UFMG sugere que as instituições brasileiras ainda não são capazes de operar a máquina pública a contento, de forma a direcionar o país para o caminho que ele almeja trilhar.

“Temos um Congresso que já não se pauta por nenhum elemento de moralidade pública, um Judiciário que se mostra fortemente politizado, um Executivo cujo presidente, interino, propõe-se a fazer mudanças na própria ordem constitucional do país”, exemplifica ele, citando ainda as dúvidas que recaem sobre a legalidade do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Soluções institucionais

Avritzer concluiu a redação do livro em dezembro de 2015, cinco meses antes da definitiva instauração do processo. Na conclusão da obra, o autor já registrava seu ceticismo em relação aos trâmites que então se iniciavam. “No momento em que este livro está sendo concluído, uma grave violação de procedimentos democráticos ocorreu na eleição da comissão do impeachment na Câmara dos Deputados. Foi estabelecido o voto fechado, que contraria o princípio da publicidade. Esse procedimento terminou suspenso pelo STF, mas o fato de ele ter sido posto em prática põe em dúvida a manutenção de procedimentos democráticos”, adiantou.

Quando escreveu o livro, Avritzer considerava que a democracia brasileira vivia um impasse. Hoje, dado o quadro atual, o cientista já lê o cenário como crítico. “Eu não queria usar a palavra crise no título, achava que não era o caso, mas hoje a crise política tem fortes elementos incidindo sobre as instituições. Se ela vai se estabelecer como uma crise da democracia, isso vai ser mais claramente colocado nos próximos anos”, diz.

Com foco nos desdobramentos ocorridos após a obra ir ao prelo, Avritzer está escrevendo um posfácio para a segunda edição – a primeira está esgotada. O nome? *Dos impasses à crise da democracia*. “Quando se fala em impasse, entende-se que, face ao desafio, a institucionalidade vai funcionar



positivamente, colaborando para a superação dos problemas. Mas não é o que temos visto acontecer. O que vemos são as próprias instituições aprofundando a crise em que elas mesmas estão envolvidas, em vez de colaborar para resolvê-la.”

Se as crises representam, ao mesmo tempo, perigo e oportunidade, o livro sugere que talvez seja o tempo de se transformar os impasses do presente em oportunidades para a construção de uma democracia mais consistente. O caminho, Avritzer indica na conclusão de sua obra: “É necessário tratar os problemas com soluções institucionais”.

Livro: *Impasses da democracia no Brasil*

Autor: Leonardo Avritzer

Editora: Civilização Brasileira

154 páginas / R\$ 29,90